

Seminário comemora 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

Para celebrar os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Tribunal de Contas da União promoveu, no mês de maio, um amplo debate sobre a política fiscal do País e seus desafios. O Seminário sobre Política Fiscal: 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal foi realizado no auditório do TCU e reuniu autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, representantes internacionais e servidores da administração pública. O presidente Aroldo Cedraz discursou sobre a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal para o amadurecimento da democracia brasileira e melhoria da gestão financeira do País. “A LRF trouxe um virtuoso marco regulatório para o controle das finanças públicas do Brasil. Desde a sua criação, alicerçou-se nos princípios de planejamento, e acima de tudo da transparência”, disse. Cedraz destacou, ainda, quanto que a lei tem se revelado uma medida eficaz e fundamental para a sustentabilidade da política fiscal brasileira, trazendo diversos avanços, a exemplo do aperfeiçoamento de mecanismos para que a população pudesse exercer seu papel no controle de recursos do estado, por intermédio da gerência da informação disponibilizada pelos governos a partir da LRF. “A lei buscou aproximar o estado do cidadão e vice-versa. Os avanços significam mais do que a defesa da sustentabilidade



fiscal, representam os fundamentos para que os direitos constitucionais do cidadão se concretizem em áreas diversas, temos à nossa disposição um significativo instrumento de cidadania”, enfatizou.

Na sequência da programação do evento foi realizado talk show com as presenças do presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, do professor do IDP e pesquisador do Ibre/FGV, José Roberto Afonso, além de Ribamar de Oliveira, jornalista do jornal Valor Econômico, que atuou como moderador dos debates. Em seguida, o procurador-geral Paulo Soares Bugarin moderou o painel Controle da dívida pública soberana. O terceiro e último painel da tarde tratou dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e controle social e contou com as presenças do secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa Saintive,

do jornalista investigativo do UOL Fernando Rodrigues e do secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco.

O presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, encerrou a programação destacando os benefícios do evento e deu ênfase para os avanços trazidos pela LRF. “Como visto, é merecido o reconhecimento do papel da LRF para o aperfeiçoamento da transparência dos entes estatais, requisito indispensável para o efetivo controle social sobre a gestão governamental.” Cedraz também agradeceu a contribuição de cada um dos participantes dos painéis e concluiu: “Pessoalmente, acredito que a sustentabilidade fiscal não se configura como um fim em si mesma, mas é condição fundamental para que os direitos sociais previstos constitucionalmente sejam de fato alcançados em benefício da população brasileira.”